



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

## ATA ORDINÁRIA N.º 2/2019/CODIR/REI/IFTO, DE 30 DE ABRIL DE 2019

1 Ata da segunda reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de  
2 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Aos trinta dias do mês de abril  
3 de dois mil e dezenove, com as atividades agendadas para os horários de expediente,  
4 das oito às doze horas e das catorze às dezoito horas, na sala de reuniões do *Campus*  
5 Porto Nacional, do IFTO, situada na Avenida Tocantins, A.I. – Loteamento Mãe  
6 Dedé, Jardim América, na cidade de Porto Nacional-TO, reuniu-se, sob a presidência  
7 do reitor, Antonio da Luz Júnior, o Colégio de Dirigentes – CODIR –, composto pelo  
8 reitor como presidente, pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais dos *campi* e pelos  
9 diretores dos *campi* avançados do IFTO. Foi registrada a presença dos seguintes  
10 membros: pró-reitor de Administração, Octaviano Sidnei Furtado; pró-reitora de  
11 Assuntos Estudantis, Marilene Dantas Sepulvida; pró-reitora de Ensino, Nayara Dias  
12 Pajeú Nascimento; pró-reitora de Extensão, Gabriela de Medeiros Cabral; pró-reitora  
13 de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Paula Karini Dias Ferreira Amorim; diretor-  
14 geral do *Campus* Araguaína, Cristiano Fernandes Mateus; diretor-geral do *Campus*  
15 Araguatins, Josafá Carvalho Aguiar; diretor-geral do *Campus* Dianópolis, Pietro  
16 Lopes Rego; diretor-geral do *Campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra; diretor-geral *pro*  
17 *tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva;  
18 diretor-geral em substituição do *Campus* Palmas, Francisco Willians Makoto Plácido  
19 Hirano; diretor-geral do *Campus* Paraíso do Tocantins, Flávio Eliziário de Souza;  
20 diretor-geral do *Campus* Porto Nacional, Edilson Leite de Sousa; diretora do *Campus*  
21 Avançado Pedro Afonso, Mirian Peixoto Soares da Silva; diretor do *Campus*  
22 Avançado Lagoa da Confusão, Jardel Barbosa dos Santos; e diretor do *Campus*  
23 Avançado Formoso do Araguaia, Manoel Delintro de Castro Neto. Registrou-se  
24 também a presença da diretora de Gestão de Pessoas, Juliana Ferreira de Queiroz, e  
25 do Diretor de Administração do *Campus* Palmas, Carlos Masuec de Souza Chaves. O  
26 presidente conferiu o quórum, deu boas-vindas aos dirigentes e declarou aberta a  
27 reunião. Inicialmente, procedeu-se às considerações da ata anterior, sendo aprovada  
28 pela maioria, com abstenção dos diretores-gerais dos *campi* Colinas do Tocantins e  
29 Gurupi; o diretor-geral do *Campus* Araguatins e o diretor-geral em substituição do  
30 *Campus* Palmas não se manifestaram. Antonio alertou que a ata é enviada  
31 antecipadamente a todos os membros para análise, manifestação e adequação,  
32 devendo, nesse período, ser avaliada pelos membros. Em seguida, Antonio antecipou  
33 os pontos de pauta 3 e 4, e passou a palavra para o presidente da Comissão Própria de  
34 Avaliação – CPA – do IFTO, professor Rodrigo Dias, que agradeceu a oportunidade  
35 de estar novamente apresentando os trabalhos da CPA no Colégio de Dirigentes.  
36 Ele apresentou o histórico de atividades da CPA que correspondem ao triênio 2019-  
37 2021, destacou que o trabalho de todas as CPAs é cíclico e que a comissão é renovada  
38 a cada três anos – a comissão do IFTO foi constituída em 19 de outubro de 2018, com  
39 membros de todos os *campi* –, explicou sobre a forma de sua composição, lembrou  
40 o momento da nomeação da comissão, quando tudo era muito novo para os membros,  
41 e que tiveram o período inicial de adaptação e leitura de documentos para tentar  
42 entender o que realmente era a CPA, e agradeceu o apoio da professora Paula Karini,

43 pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, pela articulação na capacitação  
44 promovida pela Comissão Própria de Avaliação do Centro Universitário Luterano de  
45 Palmas. Em seguida, apresentou todos os momentos em que ocorreram as reuniões  
46 ordinárias e extraordinárias da comissão, como se deu todo o trabalho da primeira  
47 autoavaliação, explicou sobre o formulário de autoavaliação – composto por 10  
48 dimensões distribuídas em 5 eixos –, que nessa primeira autoavaliação foram  
49 avaliados somente 3 eixos, mas que, ao longo do triênio, serão realizadas novas  
50 avaliações. Destacou que o questionário fora enviado no período de 26 de fevereiro a  
51 9 de março aos servidores e alunos do IFTO, e o relatório parcial deveria ser  
52 encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – em 31 de março.  
53 Rodrigo salientou que a participação dos membros nas reuniões é muito reduzida,  
54 pela proporção do número de membros, e ainda apresentou um problema quanto às  
55 comissões locais, que nos *campi*, ou estão com portarias vencidas ou não possuem  
56 portarias ou possuem portarias vigentes e membros não atuantes. Destacou que, em  
57 uma das reuniões ordinárias foi apresentado o Plano de Trabalho e Plano de Ações  
58 Estratégicas para 2019, e que ficou decidida a realização, pelo presidente da CPA, de  
59 reuniões divididas por região para facilitar a participação de todos os membros,  
60 para apresentar a CPA e falar da sua importância para a instituição e auxiliar os  
61 membros na confecção do plano de trabalho e de ações estratégicas locais. Ressaltou  
62 ainda que as comissões locais conhecem o contexto e a realidade onde estão inseridas  
63 e estão mais próximas dos servidores para fazer as articulações. No entanto, informou  
64 que as primeiras tentativas de reunião por região foram infrutíferas ou ocorreram com  
65 um número mínimo de membros. Ressaltou mais uma vez que os *campi* precisam  
66 resolver com urgência a composição das comissões locais para dar continuidade aos  
67 trabalhos, e destacou que o *Campus* Dianópolis está com os trabalhos da comissão  
68 adiantados. Rodrigo apresentou um recorte do relatório parcial que foi submetido no  
69 dia 31 de março para que os conselheiros tivessem um panorama de como foi a  
70 avaliação, comparando com o último relatório de 2018. Relatou que teve um avanço  
71 considerável e significativo, tanto na participação de todos os *campi* como no número  
72 de servidores, mas que esse número ainda poderia ser melhorado. Rodrigo enfatizou  
73 que as comissões devem ser atuantes, levando conhecimento sobre a importância da  
74 CPA, do seu papel institucional. Destacou a atuação das comissões dos *campi*  
75 Dianópolis e Palmas, que conseguiram um bom percentual de participantes. Cristiano  
76 apresentou a situação de que foi surpreendido com o pedido de membros para sair da  
77 comissão, e sugeriu que na reunião geral o presidente da CPA apresentasse a  
78 importância da comissão para a comunidade. Rodrigo destacou o primeiro problema,  
79 pois havia uma previsão de que em abril fosse elaborado e consolidado o Plano de  
80 Ações Estratégicas, que seria executado em cada *campus*, em que a CPA teria o papel  
81 de se reunir, discutir os dados específicos do *campus* e elaborar o plano de ações  
82 estratégicas com base no relatório parcial; após, deveria ser encaminhado à gestão do  
83 *campus* para que fossem tomadas as providências. A CPA teria também o papel de  
84 acompanhar se as recomendações foram acatadas. Rodrigo disse que somente um  
85 *campus* informou que na semana seguinte esse plano estaria pronto; outro *campus*  
86 informou que estava elaborando o plano de ações; os demais não  
87 informaram. Declarou ainda que a CPA, segundo o regimento, deve oferecer sugestão  
88 de melhorias para o ensino, pesquisa e extensão, com base na análise e recomendação  
89 produzidas nos processos internos de cada *campus*. Em seguida, Rodrigo destacou  
90 que a comissão irá revisar o regimento da CPA, que é de 2013, e que este foi um  
91 compromisso firmado com o MEC. Salientou que isso só ocorrerá se todas as  
92 comissões estiverem vigentes, e que esse trabalho deve ser realizado com a

93 participação e auxílio dos membros. Em seguida, informou que em outubro será  
94 realizada novamente a autoavaliação, agora para os eixos dois, quatro e cinco.  
95 Esclareceu que será repetido o eixo dois devido à necessidade de um relatório mais  
96 consistente, e que será melhorado e aperfeiçoado o questionário a ser enviado à  
97 comunidade. Sobre o ponto 4, abordou sobre o Plano de Ações Estratégicas  
98 2019; com base na análise, destacou que ele deve ser construído também em cada  
99 unidade pela comissão local com base nos dados gerais e específicos de cada  
100 unidade, e que, como presidente, estará dando suporte às comissões locais para  
101 finalizá-lo. Rodrigo então apresentou o art. 18 do regimento, ratificando que a  
102 participação dos membros nas reuniões é imprescindível para a continuidade dos  
103 trabalhos, e que a CPA deve informar ao reitor sobre o andamento das atividades, por  
104 meio de relatórios, dando ciência dos trabalhos realizados. Por fim, agradeceu a  
105 oportunidade de participação na reunião. Antonio agradeceu a presença de Rodrigo e  
106 franqueou a palavra aos membros para tirarem dúvidas. Paulo destacou que, desde  
107 2016, o *Campus* Colinas do Tocantins possui curso superior, quando também foi  
108 instituída a CPA. Lembrou que os relatórios da CPA eram feitos em cada unidade e  
109 que somente era enviado à reitoria para fins de consolidação. Ressaltou que essa  
110 preocupação de ter uma CPA da unidade, o que realmente o *campus* tem, e que  
111 articule como CPA do IFTO está acontecendo somente agora, pois antes cada unidade  
112 fazia a sua avaliação, e a responsabilidade de ter um sistema no *site* para avaliação  
113 era de cada uma das unidades. Destacou que é a primeira vez que está vendo essa  
114 preocupação da CPA com um trabalho conjunto, como CPA do IFTO e não de cada  
115 unidade. Pietro parabenizou o trabalho e fez um alerta sobre a reunião ocorrer por  
116 região, visto que é dispendioso para o *Campus* Dianópolis, sendo mais conveniente  
117 viabilizar a reunião pela internet. Rodrigo destacou que as reuniões por região não  
118 são engessadas, e que poderia em outro momento ir a Dianópolis, que já faz via *web*,  
119 porém o rendimento seria muito menor, e ainda elogiou a comissão do *Campus*  
120 Dianópolis, que é a mais atuante, ressaltando que a comissão foi avaliada por uma  
121 comissão externa e obtiveram nota 5, a nota máxima. Jardel pediu ajuda a Rodrigo,  
122 informando que os *campi* avançados foram demandados este ano pela CPA, alegou  
123 que está com extrema dificuldade em formar a comissão, e solicitou a possibilidade  
124 de o presidente da CPA antecipar a visita ao *campus* para que fosse reforçado o  
125 convite à comunidade para participarem da comissão, bem como para que fosse  
126 explanado sobre o papel da CPA e a execução de suas ações antes de a comissão de  
127 ser instituída. Rodrigo se prontificou a ir aos *campi* avançados após o mês de  
128 junho. Também alertou os gestores sobre a existência de duas comissões que são de  
129 suma importância para a instituição: a CPA, com um papel mais institucional; e a  
130 CPPD, que tem um impacto direto na vida dos docentes. Para ele, uma CPA mal  
131 avaliada ou mal atuante impacta diretamente na instituição, na oferta de cursos  
132 superiores ou na sua suspensão, até mesmo na questão orçamentária, enfim, tem um  
133 papel muito importante no âmbito institucional, então são duas comissões que  
134 impactam na instituição e na vida do servidor. Marcelo sugeriu, já que será  
135 reformulado o regimento da CPA, que possa criar uma forma mais fácil de indicação  
136 de membros, e também mecanismo de imposição de presença nas reuniões. Antonio  
137 agradeceu mais uma vez ao professor Rodrigo, e informou que ele estará afastado  
138 para licença paternidade em poucos dias e que não será substituído, pois sua  
139 participação é fundamental. Antonio afirmou que, neste período, as unidades devem  
140 se organizar e dar sequência aos trabalhos; ao retornar da licença, Rodrigo fará as  
141 articulações institucionais. Antonio destacou ainda que a CPA é chave no processo de  
142 avaliação institucional do IFTO e que, na última avaliação, a instituição foi mal

143 avaliada, e foi dado um prazo de um ano, por meio de um termo de compromisso,  
144 para readequarmos para uma nova avaliação. Por isso, é fundamental que as ações da  
145 CPA aconteçam, que as portarias estejam vigentes. Antonio enfatizou ainda que a  
146 avaliação é institucional, do todo, e, se formos reprovados, haverá impactos negativos  
147 na oferta de cursos superiores. Antonio informou que o trabalho da CPA serve para  
148 que os gestores utilizem as informações como base para o planejamento para tomada  
149 de decisão, e que não existe processo democrático sem a presença da CPA. Ressaltou  
150 ainda que o trabalho está sendo feito, não para obtenção de nota 3, mas sim para  
151 obtenção de nota 5, e não é necessário muito esforço, mas sim organização e  
152 compreensão de que a CPA, como sendo a comissão mais importante que se tem, está  
153 acima de nós gestores; e por conseguinte é uma comissão que possui independência  
154 de atuação. Pietro mencionou que a CPA é o “termômetro” que norteia o gestor,  
155 fomenta as ações que necessitam ser executadas e que, além das portarias vigentes, é  
156 necessário fazer com que as ações recomendadas pela CPA sejam executadas nas  
157 unidades. Antonio relata ainda a importância de ouvir as recomendações da CPA,  
158 bem como atender a tais recomendações; faz-se necessário ainda oferecer à  
159 comunidade visibilidade quanto ao atendimento dessas recomendações. Paula Karini  
160 destacou que se deve comprovar, atender e mostrar os trabalhos da CPA e que as  
161 recomendações foram seguidas; destacou ainda que é um processo de construção das  
162 evidências; salientou que a CPA em seus relatórios já demonstra o que precisa ser  
163 melhorado nas unidades, bastando aos gestores trabalhar com as recomendações  
164 apresentadas. Paula Karini destacou ainda que a mudança de cultura é muito grande,  
165 porque é ruim ser avaliado, mas se faz necessário aperfeiçoar essa cultura de  
166 avaliação. Por serem muitos os desafios apresentados por Rodrigo Dias, um *campus*  
167 que está melhor pode auxiliar outros *campi* que demandem auxílio. Paula destacou  
168 que, quanto mais o professor Rodrigo trabalhar articulado com as CPAs locais, e estas  
169 por sua vez também trabalharem de forma aproximada, maior será o conhecimento da  
170 CPA, o que desconstruirá a imagem de que a CPA é um “monstro” inventado pelo  
171 MEC para atrapalhar a vida da instituição. Em sequência, o chefe da Procuradoria  
172 Federal junto ao IFTO, Eduardo Prado dos Santos, iniciou a apresentação do ponto 5,  
173 com o tema Aspectos éticos e legais do assédio no setor público. A princípio,  
174 Eduardo dos Santos informou que está na Procuradoria do IFTO prestando  
175 consultoria e assessoramento ao instituto, juntamente com a doutora Maristela, há um  
176 ano e seis meses, e o objetivo foi trazer uma reflexão sobre o tema assédio moral e  
177 sexual. Eduardo dos Santos acrescentou que a apresentação não é de origem dele,  
178 mas sim de uma procuradora do Instituto Federal do Ceará – IFCE, com algumas  
179 adaptações realizadas para a realidade do IFTO. Eduardo salientou que o objetivo é  
180 trazer alguns conceitos, informações acerca do assédio moral e sexual no âmbito das  
181 instituições federais de ensino, com foco principal para uma reflexão acerca do tema,  
182 uma vez que são os gestores que estão à frente dos *campi* e da reitoria. Eduardo  
183 informou que a própria Advocacia-Geral da União – AGU, no seu mapa estratégico,  
184 no planejamento 2016-2019, prescreveu, como resultado institucional, que os  
185 procuradores, na qualidade de membros da AGU, prestem assessoria com  
186 proficiência e proatividade. Eduardo destacou ainda que há um movimento das  
187 procuradorias em todos os institutos federais de ensino com vistas a tratar do assunto  
188 em tela. Alertou que é preciso refletir sobre o risco à imagem e à reputação do  
189 Instituto Federal em caso de fato relacionado ao assédio moral ou sexual. Eduardo  
190 informou que a Instrução Normativa Conjunta nº 1/2016 do Ministério do  
191 Planejamento e da AGU dispõe sobre a política de gestão de risco para a  
192 administração pública; assim, fez a leitura do artigo 18 e questionou se o assédio é

193 um risco à imagem do IFTO, e se o assédio pode trazer impacto negativo no âmbito  
194 do Instituto. Ressaltou que essas são reflexões que os gestores precisam fazer e trazer  
195 para discussão; alertou que o IFTO não possui programa de risco sobre assédio;  
196 destacou que a imagem do IFTO precisa ser levada em consideração como fator de  
197 risco. Eduardo trouxe vários normativos para que os gestores percebessem a  
198 preocupação existente dos órgãos de controle, como a CGU, em relação à imagem  
199 institucional. Após a apresentação dos normativos Eduardo explanou primeiro sobre  
200 assédio moral e, em seguida, sobre o assédio sexual. Destacou que, para a imagem  
201 específica da instituição, o assédio moral não causa tanto risco como o sexual, e que  
202 o assédio moral pode trazer mais riscos às condições de trabalho dos próprios  
203 servidores. Apresentou o conceito de assédio moral trazido na cartilha elaborada pelo  
204 Ministério Público Federal, explanou sobre suas formas, características e  
205 consequências. Eduardo apresentou ainda as repercussões jurídicas nos casos de  
206 assédio moral no âmbito da administração pública; destacou a Lei nº 8.429/2002, de  
207 Improbidade Administrativa, que, em um de seus artigos, classifica o ato de atentar  
208 contra os princípios da administração pública como improbidade administrativa.  
209 Eduardo esclareceu ainda que já existem diversas jurisprudências em que casos de  
210 assédio são considerados improbidade administrativa, e que, se comprovado o  
211 assédio, não há outra alternativa a não ser a pena de demissão. Em seguida, Eduardo  
212 apresentou os possíveis danos institucionais retirados da Cartilha sobre assédio moral  
213 e sexual no trabalho do Senado Federal; em sequência, conceituou o assédio sexual,  
214 apresentou suas modalidades, características, formas e exemplos de casos reais.  
215 Eduardo também falou sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, já que a  
216 maioria dos estudantes do IFTO são adolescentes. Em seguida, apresentou pareceres  
217 sobre o caso, e informou que, se ficar caracterizado assédio sexual, é considerado  
218 improbidade administrativa, e que é compulsória a pena de demissão. Eduardo  
219 explicou sobre denúncia anônima, meios de provas, provas indiretas e  
220 circunstanciais; prosseguindo, apresentou casos reais que ficaram caracterizados  
221 como assédio sexual. Na sequência, explanou sobre como prevenir assédios, e  
222 defendeu deve haver política institucional, divulgação, esclarecimento sobre o  
223 assunto, canal em que se possa fazer denúncias, medidas de proteção, e destacou que  
224 é preciso apurar e punir assediadores. Eduardo finalizou informando que está à  
225 disposição de todos e agradeceu a oportunidade de participar desta reunião. Josafá  
226 agradeceu-lhe as explicações, e destacou a necessidade de que o assunto seja levado  
227 aos *campi*, para que toda a comunidade a ele tenha acesso. Francisco disse que a  
228 apresentação foi fantástica, e que tais explicações devem chegar aos *campi*, para  
229 conhecimento de todos. Francisco destacou que teve experiência em Processo  
230 Administrativo Disciplinar – PAD, como membro, e que hoje, com a explanação  
231 feita, tem o pensamento diferente quanto às penalidades. Eduardo acrescentou, na  
232 oportunidade, que os PADs devem ser passados pela procuradoria, para análise do  
233 relatório da comissão. Paulo Hernandez expôs que, no *Campus* Colinas do Tocantins,  
234 uma nota de repúdio redigida e lida por estudantes prejudicou a imagem da  
235 instituição, e pôs todos os servidores do *campus* em uma mesma situação. Paulo  
236 ainda agradeceu a nota emitida pela reitor, e expôs seu desejo de dividir com todos  
237 esse momento. Paulo também pediu que fosse aberto um PAD ou sindicância  
238 investigativa para apurar a partir do que foi dito no Grupo de Trabalho – GT. Antonio  
239 informou a Paulo que a abertura de PAD pode ser solicitada, mas, neste momento,  
240 não há como avançar além dessa medida inicial, pois os elementos ainda estão sendo  
241 levantados. É preciso considerar ainda que o GT era formado por estudantes de todos  
242 os *campi* do IFTO, os quais falaram de situações que ocorreram com eles próprios ou

243 de situações das ouviram falar em suas unidades. O GT não tratou apenas do caso de  
244 Colinas, portanto. Antonio frisou que o evento foi organizado por estudantes, e,  
245 naquela ocasião, a pró-reitoria de Assuntos Estudantis do IFTO, Marilene Sepulvida,  
246 que acompanhou parte da discussão, não estava lá para tomar nota dos relatos. A  
247 discussão era sobre assédio, e não se tratava de um momento para o qual os  
248 estudantes foram convocados para apresentar relatos que vivenciaram. Antonio  
249 explicou que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis está em contato com o Diretório  
250 Central dos Estudantes – DCE, visto ter sido este que estava à frente da organização  
251 do evento. O objetivo é também fazer contato com os estudantes que fizeram os  
252 relatos para que, assim, seja possível registrar a narrativa destes e identificar  
253 caminhos para apuração do que foi relatado. Antonio ressaltou ainda que não se pode  
254 obrigar os alunos a relatar sobre tudo que foi falado porque, assim, seria assédio.  
255 Antonio frisou que esse contato com os estudantes é delicado, pois, na visão deles,  
256 estudantes, a instituição não tem credibilidade para apurar um caso de assédio; tais  
257 estudantes não acreditam, pois, que a instituição irá resolver essa questão. Francisco  
258 destacou que, no evento do GT, servidores estavam presentes, houve relatos, e há,  
259 portanto, material para que ser apurado. Francisco questionou por que uma  
260 sindicância para escutar novamente esses relatos. Antonio respondeu que a  
261 sindicância não é para apurar novamente os relatos. Francisco questionou, se a partir  
262 dos relatos, já não se pode analisar a possibilidade de abertura de sindicância. Juliana  
263 Queiroz informou que a sindicância é para identificar os responsáveis, tendo em vista  
264 que os relatos não foram feitos de forma nominal. Francisco acredita que a imagem  
265 do *Campus* Colinas do Tocantins foi abalada, talvez o resto do IFTO não, e destacou  
266 que, se os relatos já foram recebidos, faz-se necessário agir. Antonio concordou com  
267 Francisco, e informou que, após o acontecimento, visitou o *campus* para uma  
268 conversa, na tentativa de esclarecer para os servidores que o que aconteceu no  
269 *Campus* Colinas do Tocantins fez menção a todos, mas a nota de  
270 repúdio divulgada pelos estudantes não. Antonio disse ainda que as discussões dentro  
271 do GT abrangeram todas as unidades, e ressaltou que os estudantes não foram  
272 convidados para aquele espaço para expor relatos. Paulo questionou o porquê de os  
273 relatos servirem para nota de repúdio, mas não servirem para apuração via  
274 sindicância. Paulo enfatizou que o que foi relatado precisa ser apurado. Eduardo  
275 frisou a necessidade de diferenciar PAD de sindicância; no PAD, já há materialidade  
276 e autoria; na sindicância investigatória, apura-se a materialidade e quem são os  
277 autores. Eduardo explicou que, antes da sindicância, deve existir uma investigação  
278 preliminar dos fatos, e só então instituir sindicância investigativa. Eduardo frisou  
279 ainda que primeiro buscam-se os elementos prévios, atentando-se para os passos que  
280 devem ser cumpridos. Com os elementos preliminares, poderá ser instituída  
281 sindicância investigativa. Eduardo pontuou que isso depende muito do que for  
282 apurado. Na oportunidade, Antonio destacou que Eduardo sempre se tem colocado à  
283 disposição, e tem interesse em visitar os *campi*, onde, muito provavelmente, haverá  
284 discussões sobre assédio moral e sexual. Assim, Antonio solicitou que os gestores  
285 agendem com Eduardo sua visita aos respectivos *campi*. Prosseguindo informou que  
286 os levantamentos dos relatos estão sendo feitos diretamente pela Pró-Reitoria de  
287 Assuntos Estudantis, em conjunto com o DCE. Antonio informou ainda que alguns  
288 relatos já foram recebidos. Paulo informou que se deve tomar cuidado com a  
289 metodologia sobre o assunto, de modo que os profissionais façam a abordagem da  
290 forma correta. Paulo destacou a importância da equipe multiprofissional, e frisou que  
291 o contato com os estudantes tem de ser realizado por pessoa apta a essa delicada  
292 tarefa. Jardel questionou se a Reitoria, por intermédio da Pró-Reitoria de Ensino, está

293 pensando numa capacitação para os docentes sobre este assunto. Antonio respondeu  
294 que sim, e a expectativa é que, nos próximos ciclos de formação pedagógica, haja  
295 capacitação acerca do tema em discussão. Juliana acredita que há muita dúvida sobre  
296 o trâmite, e que, por isso, faz-se necessário um estudo sobre a ação a ser adotada  
297 nessas situações, sugeriu que a Comissão de Ética participe do levantamento desses  
298 relatos, e pediu que a procuradoria auxilie no sentido de sistematizar um rito,  
299 indicando quais procedimentos devem ser adotados nessas situações. Juliana também  
300 destacou que o setor da corregedoria atue no caso em tela. Eduardo informou que já  
301 conversou com Rosana, responsável pelo setor de corregedoria, a respeito da criação  
302 de regulamento para os procedimentos de PAD e Sindicância. Eduardo finalizou  
303 agradecendo a oportunidade, e declarou ser uma satisfação contribuir com o Instituto.  
304 Antonio antecipou o ponto de pauta 16, abordado por Paula Karini, sobre o  
305 funcionamento do Comitê de Ética em Pesquisas – CEP. Paula Karini frisou que,  
306 quando o CEP foi implantado em 2017, foi solicitado ao Codir apoio à direção dos  
307 *campi*, visto que o comitê é formado por professores pesquisadores dos *campi*. Paula  
308 explicou que as reuniões do CEP, previstas em calendário anual, geralmente ocorrem  
309 na capital, razão pela qual os professores pesquisadores que atuam em *campi* mais  
310 distantes da capital demandam apoio para deslocamento e diárias. Paula pontuou que,  
311 recentemente, ao consultar a ata que consignava o apoio, verificou que constava  
312 “apoio dos *campi* para funcionamento do CEP”; assim, Paula ressaltou o pedido de  
313 manutenção desse apoio, uma vez que o CEP atende a todo o Instituto Federal. Paula  
314 pediu que fique consignado que o apoio aos professores integrantes do CEP se dará  
315 por meio do custeio do transporte e de diárias para viabilizar a participação destes nas  
316 reuniões. Paula informou ainda que há alguns casos de professores que tiveram seu  
317 pedido indeferido nos *campi*, situação que teve de ser contornada pela Reitoria para  
318 viabilizar a reunião. Assim, Paula expôs que há *campi* que apoiam integralmente a  
319 participação desses professores no CEP, e outros não. Paula considerou pertinente  
320 trazer tal questão para o colegiado, visto que a decisão originária de apoio partiu  
321 deste. Assim, Paula expôs que se faz necessário reafirmar a decisão ou reformá-la, e  
322 destacou que defende a manutenção da decisão, de modo que fique consignado em  
323 ata que o apoio ao CEP se dará por meio da participação de professores com o apoio  
324 do *campus* para deslocamento e diárias. Paula lembrou que, em outros momentos,  
325 ações relativas à divulgação do trabalho do CEP em todos os *campi* foram assumidas  
326 pela Reitoria e ações extras também. Francisco informou que é membro do CEP, e  
327 que inclusive vai assumir a coordenação, informou ainda que ocorre apenas uma  
328 reunião por mês, e há muitos projetos para serem avaliados. Francisco informou que  
329 nacionalmente todas as reuniões do CEP são presenciais; relatou ainda que a Reitoria  
330 tem atendido o CEP com capacitações, e que o comitê é importante e o trabalho deste  
331 precisa fluir. Antonio pediu que Paula informasse a proposta. Paula disse que a  
332 proposta é que os *campi* que tiverem membros integrantes do CEP, independente  
333 desta composição ou da composição que for vir a ser feita no final do ano, consignem  
334 em ata o apoio a esses membros por meio do custeio de deslocamento e diárias, com  
335 vistas à participação de tais membros nas reuniões do CEP. Antonio indagou se há  
336 algum posicionamento em contrário. Wendell disse que sabe da importância do CEP,  
337 e que já teve projetos avaliados por ele, mas é preciso considerar que estamos  
338 passando por momentos complicados; por fim, questionou se não existe a  
339 possibilidade de fazer as reuniões por videoconferência, ou então promover a  
340 aproximação por grupos, a exemplo de um grupo de representantes dos *campi*  
341 Palmas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, que são mais próximos, e outros com  
342 representantes dos *campi* Araguaína, Colinas do Tocantins e Pedro Afonso; sugeriu

343 ainda conciliar as reuniões, caso sejam presenciais, com outros compromissos do  
344 *campus*, a fim de minimizar o custo. Wendell defendeu a busca por alternativas que  
345 não demandem gastos com diárias e deslocamentos. Paula informou que não se sabe  
346 *a priori* quem serão os membros da próxima composição. Paula disse que existem  
347 meios que podem minimizar os custos, e que vai levar a demanda para o CEP, porque  
348 este está sob uma regulamentação muito rigorosa, inclusive seu credenciamento vai  
349 ser renovado. Assim, Paula disse que informará ao comitê a sugestão de realizar as  
350 reuniões a distância, bem como a sugestão de organizar o calendário de acordo com  
351 as reuniões do Codir. Contudo, Paula destacou que essas sugestões são mais viáveis  
352 para 2020, não sendo possível saber, neste momento, se poderão ser feitas tais  
353 mudanças ainda em 2019, porque se faz necessário observar os critérios de  
354 funcionamento do CEP. Paula disse que muita coisa já é realizada online, e destacou  
355 que o trabalho do CEP é criterioso. Wendell indagou se a Reitoria dispõe de  
356 condições de oferecer um aporte. Paula Karini disse que, hoje, o aporte dado pela  
357 Reitoria são para as capacitações, e reafirmou que a Reitoria é que tem assumido  
358 essas ações. Wendell questionou se a Reitoria não poderia dar um aporte de meia  
359 diária. Antonio disse que a situação é difícil para todo mundo, e o que se tem que  
360 compreender é se há ou não uma percepção da importância desse trabalho do CEP.  
361 Segundo Antonio, obviamente, se as unidades não arcarem com os custos, a Reitoria  
362 vai ter que arcar porque não podemos permitir que um comitê como este deixe de  
363 funcionar no IFTO. Assim, Antonio pediu a compreensão de todos, acrescentou ainda  
364 que não tem recurso sobrando, e que todos viram a divisão do orçamento, e não há  
365 recurso previsto para este tipo de atividade. Em seguida, Antonio levantou a proposta  
366 para votação: que se reafirme em cada unidade a manutenção no custeio logístico de  
367 diárias e traslado do servidor que participe do CEP. Paulo expôs sua preocupação em  
368 assegurar despesas sem ter recurso, e destacou que as diárias no *campus* estão  
369 suspensas desde março. Paulo disse estar visualizando uma improbidade  
370 administrativa. Flávio e Edilson disseram que os servidores serão liberados conforme  
371 disponibilidade orçamentária dos *campi*. Antonio disse que, com isso, alguns irão  
372 receber o apoio, e outros não. Francisco informou que todas as reuniões do CEP, de  
373 acordo com o Connepi, devem ser presenciais, e que buscou informações em outras  
374 instituições, e todas fazem reuniões deste modo. Josafá, alegou que desconhece a  
375 existência da necessidade do comitê em publicações que exigem entrevistas com  
376 pessoas, alegou que, na Química, na Física, e na Biologia, não há necessidade. Paula  
377 Karini informou que há, sim, toda uma legislação específica para o comitê, e alertou  
378 que pesquisas ligadas à saúde, as quais envolvem o ser humano, demandam  
379 autorizações. Francisco também destacou a importância do CEP, e expôs que há  
380 pesquisas que devem passar pelo comitê para análise e verificação de riscos e  
381 benefícios, e frisou que o CEP está sempre preocupado com quem vai responder ao  
382 questionário. Antonio novamente solicitou a Paula Karini a proposta. Paula por sua  
383 vez novamente a manutenção do apoio com diárias e passagens para as reuniões do  
384 CEP, ao passo que demais ações necessárias para funcionamento do CEP seriam  
385 apoiadas pela Reitoria. Jardel criticou a discussão, pois entende que o IFTO deve  
386 reestruturar-se como instituição de pesquisa, e destacou que é preciso reviver as  
387 ciências, razão por que não consegue entender o caminho da discussão. Josafá  
388 questionou a Paula que horas o servidor técnico administrativo pode fazer pesquisa.  
389 Paula disse que a normativa do ponto eletrônico prevê que o servidor técnico  
390 administrativo que tem projeto aprovado tanto de pesquisa como de extensão pode ter  
391 até dez horas do seu horário de trabalho destinado à realização de atividades do  
392 projeto, mediante autorização da chefia imediata. Em seguida, a proposta foi



393 submetida à votação, sendo aprovada pela maioria. Absteram-se os diretores dos  
394 *campi* Colinas do Tocantins e Palmas. Assim, consigna-se que está a cargo das  
395 unidades o custeio das diárias e deslocamento do servidor membro do CEP quando  
396 vier para as reuniões do comitê, e as demais despesas serão cobertas pela Reitoria. Os  
397 pontos 6, 7, 8 e 9 foram apresentados pela Pró-Reitora de Assuntos Estudantis  
398 Marilene Sepulvida. A princípio, Marilene relatou sobre o Programa Bolsa  
399 Permanência, e expôs que alguns servidores tiveram muitas dúvidas nos *campi*, sendo  
400 necessário trazer este tema ao Codir. Marilene explicou que este é um programa do  
401 Governo Federal, por meio do qual é pago o valor de R\$ 900,00 (novecentos) reais,  
402 após comprovação de documentação probatória mínima, aos quilombolas ou  
403 indígenas que estão matriculados em curso superior; ressaltou que o grande problema  
404 são as bolsas canceladas, caso em que o estudante evadido deve devolver o valor  
405 recebido na integralidade ao Tesouro nacional. Para que os estudantes não sejam  
406 prejudicados, Marilene destacou que o IFTO tem uma comissão multi-campi que faz  
407 o acompanhamento desse programa, e destacou que as unidades devem fazer um  
408 acompanhamento direto na frequência dos estudantes. Na oportunidade, informou  
409 que as diretrizes do programa são definidas pelo MEC, e que a instituição faz apenas  
410 a homologação como discorre o decreto, e que, por ser um programa do governo  
411 federal, todo esse regramento já vem normatizado. Assim, os gestores devem fazer  
412 um acompanhamento especial, e ficarem atentos a casos de evasão de bolsistas.  
413 Edilson relatou dificuldades, pois os alunos não se formam, postergando para receber  
414 a bolsa; outra situação é que, devido o fechamento da ponte que dá acesso à cidade de  
415 Porto Nacional, esses bolsistas não estão assistindo às aulas e não se sabe o que fazer  
416 para pagar-lhes, e expôs que demandou ajuda da Reitoria para solução desse  
417 problema. Antonio, explanou que as vezes os gestores enviam demandas para  
418 Reitoria como se dispusesse de soluções mágicas. Antonio frisou que a procuradoria  
419 não gere a instituição, quem é gestor somos nós; a procuradoria nos ajuda em dúvida  
420 jurídica. Antonio ressaltou que deve ficar claro qual é o ponto de vista da gestão de  
421 cada unidade, porque, se a unidade não deseja a intervenção da Reitoria, é preciso  
422 que a gestão do *campus* se posicione, assumindo responsabilidades. Antonio pediu o  
423 posicionamento de Edilson acerca dos estudantes que se ausentam devido à  
424 interdição da ponte de acesso a Porto Nacional. Edilson afirmou que pelo fato de a  
425 culpa não ser deles, estudantes, a bolsas devem ser pagas. Marilene, no ponto 7,  
426 apresentou o perfil socioeconômico dos alunos inscritos nos *campi* avançados  
427 Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso; destacou que a Proae fez  
428 um apanhado da realidade dos estudantes nesses *campi*. Em seguida, no ponto 8,  
429 Marilene tratou do uso do nome social, após três anos do decreto que instituiu a  
430 adoção do uso do nome social para quem se configure como transexual ou  
431 transgênero. Foi designada uma comissão para fazer um regulamento no âmbito do  
432 IFTO, e hoje o processo encontra-se em análise pela procuradoria. Vencida essa  
433 etapa, será encaminhado ao Conselho Superior – Consup para deliberação. Antonio  
434 informou que em todos os documentos institucionais passa-se a figurar o nome  
435 social; podem figurar os dois nomes se a pessoa assim solicitar, a não ser em questões  
436 judiciais, ou em questões muito específicas, mas no geral passa a valer o nome social,  
437 e isso se aplica a servidor e a estudante. Marilene informou que o menor de idade  
438 também terá esse direito, mediante a representação do responsável legal. Antonio  
439 alertou que fique claro que tem que ser configurado como transgênero ou transexual,  
440 se não for assim, não se aplica. Juliana destacou que, do ponto de vista da gestão de  
441 pessoas, é bem tranquilo. Marilene informou que no documento é muito  
442 claro. Juliana explicou que, nas portarias, só é preciso registrar o nome social, e o

443 Siape já está programado para receber o nome social. Em demandas judiciais, têm-se  
444 registrado os dois. Por último, no ponto 9, Marilene falou sobre a Política de Inclusão  
445 do IFTO. Marilene destacou que foi designada uma comissão para a construção da  
446 política de inclusão, a qual conta com pessoas diretamente ligadas a essas demandas.  
447 Antonio complementou que essa política de inclusão está no nosso termo de  
448 compromisso com o MEC, para o recredenciamento institucional. Dando  
449 continuidade, Wendell apresentou o ponto 15, que trata da Metodologia do  
450 Orçamento 2020. Wendell disse que, em razão de aproximar o período de elaboração  
451 da Lei Orçamentária Anual – LOA, faz-se necessário, desde já, discutir essa questão.  
452 Wendell sugeriu a criação de uma comissão ou grupo de trabalho para tratar da  
453 distribuição do recurso para o próximo ano. Tal comissão seria composta por  
454 membros do Codir e talvez um servidor ligado à área contábil e orçamentária. Tal  
455 medida visa buscar uma forma de melhor gerir e otimizar a utilização do recurso, um  
456 melhor gerenciamento do planejamento real do recurso, porque, pela realidade atual,  
457 se chegará a um ponto em que poderá faltar recurso. Wendell disse que a distribuição  
458 do jeito que foi feita não está boa, porque privilegia quem gasta mais, e defendeu  
459 mudança dessa metodologia. Wendell defendeu que as discussões acerca dos recursos  
460 da LOA sejam o quanto antes iniciadas por um grupo de trabalho. Octaviano sugeriu  
461 que a Proad integre essa comissão. Octaviano destacou que o status de alguns *campi*  
462 do IFTO mudam agora na próxima matriz orçamentária; assim, com exceção dos  
463 avançados, todos os *campi* são pré-expansão. Os *campi* Dianópolis e Colinas do  
464 Tocantins este ano completaram cinco anos. Desse modo, em tese, o mesmo bolo  
465 corrigido pelo IPCA vai ser distribuído de forma igualitária a todos os *campi*,  
466 proporcionalmente ao número de alunos. Os dados serão retirados da Plataforma Nilo  
467 Peçanha. Octaviano esclareceu ainda que isso é uma discussão inicial,  
468 posteriormente os reitores podem fazer uma correção no momento da negociação  
469 com a Setec. O pró-reitor de Administração disse que, na próxima reunião, já será  
470 possível compor a comissão porque já se terá uma prévia da matriz orçamentária para  
471 2020. Wendell, disse que é necessário tentar enxugar os gastos. Antonio explicou que  
472 a melhor metodologia de distribuição do orçamento foi adotada no ano passado. E  
473 indagou como estariam as unidades que hoje estão com dificuldades orçamentárias,  
474 se tivessem um orçamento ainda menor. Por isso, foi assegurado recurso suficiente a  
475 todos para custear as despesas básicas. Antonio frisou que o compromisso da Reitoria  
476 foi acompanhar as despesas de cada uma das unidades. Antonio destacou que a  
477 natureza da divisão não foi “quem gasta mais ganha mais”, a natureza foi assegurar  
478 recurso suficiente para que todos se mantivessem funcionando. Prosseguindo,  
479 Antonio apresentou uma sugestão alternativa, qual seja, uma comissão de trabalho  
480 mais específica na revisão dos contratos continuados. Segundo Antonio, é preciso  
481 otimizar os contratos. Antonio citou como exemplo o atual contrato de telefonia, que  
482 reduziu os custos e melhorou o serviço. Wendell informou que já fez a revisão dos  
483 contratos de cópia. Antonio disse que discutir os critérios de distribuição não será  
484 produtivo. Em seguida, Antonio explicou sucintamente como funciona a divisão do  
485 orçamento, como é feita a matriz ideal do Conif, e pontuou que o MEC não libera o  
486 total, razão por que são feitos ajustes numa mesa de negociação com a Setec. Antonio  
487 esclareceu que existe uma planilha, onde constam caracterizados os grandes eixos:  
488 *campi* avançados, em expansão e pré-expansão, Reitoria, e pesquisa e inovação e  
489 extensão. Antonio explicou ainda que os cortes dos eixos são de modo não linear.  
490 Destacou que praticamente todas as unidades do IFTO viraram pré-expansão.  
491 Wendell disse que cada *campus* tem suas particularidades, as quais são essenciais.  
492 Antonio disse que essas particularidades podem ser consideradas. Wendell informou

493 que o *Campus* Palmas teria um montante de gasto anual de R\$ 7.180.000,00, daí  
494 chegou-se a um valor agora de R\$ 7.800.000,00, ou seja, uma diferença grande entre  
495 a previsão e a realidade. Wendell disse que expôs essa situação para que o  
496 planejamento seja o mais fidedigno possível. Cristiano considera mais interessante,  
497 antes de discutir metodologia de orçamento, rever os contratos; hoje, o orçamento  
498 está priorizando atividade-meio em detrimento de atividade-fim. Paulo concordou  
499 com Cristiano, e afirmou que unidades do mesmo porte têm que ter gerencialmente  
500 algumas características iguais. Antonio disse que tem de haver revisão, e destacou  
501 que é preciso observar que volume absoluto é diferente de eficiência, e por isso temos  
502 que otimizar recursos. Wendell concordou com Antonio, pois deve-se otimizar  
503 recurso e ponderar todas as questões. Antonio disse mais uma vez que é preciso essa  
504 comissão para esse estudo de gastos para que, de posse desse conhecimento, possam  
505 ser criados critérios mais claros de distribuição do orçamento. Cristiano afirmou que  
506 o problema atual ainda não é orçamento, o problema é gestão. Na oportunidade,  
507 Juliana informou que foi divulgado um edital de apoio a qualificação, com objetivo  
508 de conceder afastamento para pós-graduação *stricto sensu*, com previsão de professor  
509 substituto. Afirmou ainda que esse edital não cria nenhum impacto no banco de  
510 equivalência de cada unidade quando são aplicados os 20% e que, às vezes, estava  
511 causando frações, gerando um passivo de vaga, que não estava sendo aproveitado por  
512 ninguém. O edital será conduzido pela DGP, vai seguir todo o rito sobre o  
513 afastamento, com manifestação das direções, mas será necessário fazer a previsão  
514 para contratação de substituto para quem for contemplado. A diretora informou que são  
515 quatro vagas para ampla concorrência, e informou também que sairá outro edital de  
516 apoio a projetos do Programa Qualidade de Vida – PQV –, com cotas por unidade, de  
517 acordo com o número de servidores, divididas da seguinte forma: dez mil reais para  
518 os *campi* Araguatins e Palmas; seis mil reais para os *campi* avançados; e oito mil  
519 reais para a Reitoria e demais *campi*. Juliana esclareceu também que o recurso será  
520 gerido pelo coordenador do PQV de cada unidade. Antonio frisou que o recurso será  
521 gerido pelo coordenador do PQV, que fará as aquisições diretas, quase como  
522 um recurso da pesquisa e da extensão, mas seria importante que os gestores  
523 acompanhassem e aprovassem os projetos que serão executados dentro de cada  
524 unidade. Wendell pediu desculpas por ter que se retirar da reunião em virtude de  
525 compromissos no *Campus* Palmas. Retomando a questão do orçamento,  
526 Josafá concordou que se analisassem os contratos e depois verificassem a  
527 metodologia do orçamento, e sugeriu que a comissão realizasse os trabalhos *in loco*,  
528 verificando todos os contratos e a realidade do que acontece em cada *campus*.  
529 Cristiano reforçou novamente o seu entendimento de que o problema é gestão, e não  
530 orçamento. Octaviano reforçou que os contratos que foram renovados não tiveram  
531 aumento de valores, todos eles já foram negociados no sentido de fazer reduções, e  
532 que nessa linha já havia um processo de limpeza e asseio em andamento, que tem  
533 impactos significativos nas unidades. Jardel destacou que antes de falar de  
534 metodologia do orçamento, solicitou que haja igualdade na rede sobre distribuição e  
535 que os serviços deveriam ser equalizados em todas as unidades. Paulo falou das  
536 produções existentes no *Campus* Colinas do Tocantins, mas que não há uma forma de  
537 destinar adequadamente os recursos advindos da produção. Antonio ressaltou que  
538 Paulo estava contribuindo muito com a cessão da nutricionista para auxiliar na gestão  
539 dessas ações do PNAES. Disse que um dos objetivos, a médio prazo, é fazer com que  
540 as produções próprias subsidiem os refeitórios, assim como já vem sendo feito em  
541 Araguatins, para que se consiga em rede prestar esse serviço uns aos outros, e, com  
542 isso, talvez impactar a distribuição do orçamento, como contrapartida para os custos

543 da produção e de insumos. Antonio disse que seria necessária a abertura de todos  
544 para o diálogo, e complementou que é preciso ter acesso às informações dos  
545 *campi* para saber como cada um pode contribuir, o que não é ingerência.  
546 Prosseguindo, professor Antonio informou que Wendell concordou em retirar sua  
547 proposta, e se todos concordarem, seria constituída uma comissão para fazer o estudo  
548 das despesas básicas e dos contratos continuados, levantar pontos de otimização, e  
549 trazer o resultado na próxima reunião; de posse dessas informações, discutir os  
550 encaminhamentos. Josafá questionou o porquê de nunca ter se discutido a respeito da  
551 produção interna de cada *campus*, e concordou com Antonio de que deve haver a  
552 contrapartida devido aos gastos com insumos. Mais uma vez, Antonio frisou que  
553 era preciso ter abertura dos dados da produção, o que cada unidade consegue  
554 contribuir, e identificar quais os custos da produção. Pietro disse que já é o momento  
555 de identificar sobre o que se produz, os gastos com insumos. Antonio  
556 novamente trouxe a proposição da comissão para fazer o estudo das despesas básicas  
557 e dos contratos continuados, do ponto de vista de otimização, para apresentar na  
558 próxima reunião do Codir, e perguntou sobre a sugestão da comissão central. Após  
559 discutirem, foram indicados os seguintes membros: João Marcelo, como presidente,  
560 Carlos Masuec (*Campus* Palmas), Anicésio (*Campus* Paraíso do Tocantins), José  
561 Ferreira (*Campus* Porto Nacional), Ubiratan (*Campus* Araguatins), Adriano (*Campus*  
562 Avançado Lagoa da Confusão), Maria Pedrina (*Campus* Araguaína), e a referência  
563 seria os gerentes/diretores/coordenadores de administração de cada *campi*. O *Campus*  
564 Gurupi indicou o servidor Handel e finalizou informando que na próxima reunião  
565 ordinária do Codir esse assunto já entraria como ponto de pauta. Em seguida,  
566 Octaviano apresentou o ponto 11, sobre Planejamento e Gerenciamento de  
567 Contratações. Informou que cada unidade teria até o dia 15 de maio para enviar para  
568 o Ministério da Economia o planejamento e gerenciamento das contratações. O pró-  
569 reitor disse que provavelmente cada plano esteja na sua unidade de licitação, ou  
570 talvez já estejam de posse dos gestores para fazer as avaliações, concordando com o  
571 documento ou retornando para os demandantes, sejam eles de contratos continuados,  
572 pessoa jurídica, de aquisição de equipamentos ou de serviços de TI. Fez  
573 recomendação aos gestores para que fizessem a análise dentro da realidade  
574 orçamentária, e encaminhassem o que fosse factível, e que tivessem prudência quanto  
575 aos recursos. Sinalizou que alguns *campi* teriam dificuldade, principalmente os que  
576 indicaram um número maior de demandantes. Acrescentou que não existe um número  
577 exato, mas que seria algo tolerável se fosse um planejamento de 15% a 20% acima do  
578 orçamento, e que a análise deve ser feita dentro da realidade de cada unidade.  
579 Prosseguindo, Octaviano informou que num segundo momento, no período de 1º a 30  
580 de setembro de 2019, haverá a reavaliação do planejamento, e que já teríamos  
581 avançado nas necessidades e avaliações de gastos. Já o terceiro momento será de 16 a  
582 30 de novembro, chamado de redimensionamento, em tese, com o Projeto de Lei  
583 Orçamentária Anual – PLOA 2020, baseado naquilo que será proposta de orçamento,  
584 fazendo os últimos cortes e adequações. Recomendou ainda para que se atentassem  
585 aos prazos e cobrassem a análise nos setores de licitação para facilitar a avaliação dos  
586 gestores. Cristiano informou que no *Campus* Araguaína os demandantes já  
587 entregaram. No ponto 12, Octaviano tratou do Contingenciamento Orçamentário, que  
588 ainda não era corte, mas que até junho o IFTO receberá 1/18 avos. Na oportunidade,  
589 Octaviano parabenizou o responsável pela execução orçamentária do *Campus*  
590 Colinas do Tocantins, que fez um apanhado histórico e projeção de como vai se  
591 comportar o orçamento até o final do ano, colocou para os gestores a tomada de  
592 decisão e apresentou para toda a comunidade. Octaviano observou que, em tese, se

593 todos fizerem um compromisso dentro do orçamento não se estará incorrendo em  
594 improbidade administrativa, e fez um questionamento: até quando ficaremos  
595 aceitando esses contingenciamentos, cortando as possibilidades de implementarmos  
596 os projetos, desenvolvendo nossas atividades, porque, enquanto estivermos fazendo  
597 esse contingenciamento, deixando de gastar, e passarmos até o final do ano, o  
598 governo dirá que não era necessário mesmo, e então deixaremos de cumprir a nossa  
599 missão; e que não estava entrando no mérito de discutir a eficiência, de que devemos  
600 gastar melhor, mas, se não fizermos despesas, não iremos conseguir atender aos  
601 projetos de pesquisa e de extensão e a nossa participação na comunidade. Finalizou  
602 esclarecendo que estava fazendo uma observação, um assunto que deve ser visto,  
603 cada um na sua unidade, e que essas decisões devem ser coletivas, não adiantando só  
604 um otimizar recursos. Flávio disse que essa situação é complicada por essas  
605 incertezas, e que coloca os gestores em uma situação difícil, mas que optaram por  
606 estar nessa posição e que deve assumir o risco. Octaviano acrescentou que na Proad  
607 estavam tentando realizar algumas atividades, até onde era possível. Antonio disse que cada gestor é autônomo e cada um sabe do seu contexto, e que é  
608 importante pensar nos servidores, trazer mensagens positivas para eles, mesmo nesse  
609 momento. Relembrou que editais como o pró-qualificar e de afastamentos estão  
610 sendo ofertados, situação que nunca existiu, e que deveriam ser cortados, mas o que a  
611 gestão decidiu foi fazer o contrário, ajustando os recursos para o necessário, o que  
612 deve impactar positivamente a postura de servidores e estudantes, provocando uma  
613 sensação de que a instituição está no caminho certo e que os gestores devem se  
614 atentar à mensagem que está sendo transmitida. Octaviano destacou que se tem na  
615 Proad um planejamento de capacitação coletiva para servidores, do IFTO, estão em  
616 vias de encerrar e fazer um convênio com a Enap, quatro cursos serão ofertados ao  
617 longo do ano de acordo com o calendário da Enap. Octaviano informou que  
618 encaminhou aos e-mails das direções listas de licitações feitas desde que foi iniciada  
619 a gestão, todos os processos de pregão eletrônico, as inexigibilidades, as dispensas de  
620 licitação, e que boa parte desses pregões foram feitos pela Reitoria, mas também  
621 estendeu os agradecimentos aos *campi* Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaína e  
622 Araguatins, que também conduziram ou estavam conduzindo licitações. Foi  
623 enviada também a relação de atas de registros de preços vigentes e com prazo de  
624 validade para aproveitamento. Flávio apresentou uma demanda de coleta de resíduos,  
625 questionou se as demais unidades têm interesse de forma coletiva, e indagou se nas  
626 demais unidades possui licitação para a coleta de resíduos/descarte, destacando que  
627 o custo é muito alto. No ponto 13, Octaviano tratou do Processo Seletivo e  
628 pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC. Informou  
629 que houve pagamento de 332 mil reais de GECC, incluindo exercício anterior e já  
630 deste ano, até o momento, mas que não tem dinheiro para pagar até o final do ano.  
631 Disse que era preciso uma forma para dividir ou atenuar esses pagamentos de  
632 processos seletivos. Octaviano trouxe esse ponto mais como um informe. Cristiano sugeriu que os pagamentos de GECC fossem colocados para serem  
633 analisados pela comissão que irá analisar os contratos. Juliana explicou que os  
634 pagamentos caem na rubrica de pessoal, mas que só existe a Upag Reitoria, então é  
635 como se tudo saísse da Reitoria. Antonio informou que a Coordenação de Gestão de  
636 Pessoas – CGP – de cada *campus* saberia o montante que foi gasto porque são eles  
637 que lançam as GECC, e que essa informação os gestores poderão buscar diretamente  
638 com eles. Em seguida, Willian apresentou o ponto 10, sobre o Plano Anual de  
639 Atividades Institucionais – PAAI. Willian produziu uma planilha que será enviada  
640 aos *e-mails* das direções dos *campi*, mas disse que não conseguiu utilizar o SUAP por  
641  
642

643 problemas de amarrações, mas que no próximo ano espera utilizá-lo. A planilha que  
644 deverá ser respondida será encaminhada a cada unidade; nela deve-se preencher duas  
645 abas, a de Ação e a de Atividades. Explicou também como será o preenchimento dos  
646 planos, e informou que foram acrescentados os macroprojetos institucionais.  
647 Octaviano sugeriu o preenchimento do PAAI em 15 dias, a partir do dia 6 de maio.  
648 Todos acataram que o preenchimento do PAAI fosse do dia 6 ao dia 21 de maio de  
649 2019. Antonio fez uma observação, que poderiam ser colocadas ações que não  
650 envolvessem financeiro, e prosseguiu informando que o preenchimento do  
651 planejamento deve ter ligação com o relatório e recomendações da CPA.  
652 Antonio passou a palavra para a Pró-Reitora de Ensino, Nayara, para apresentação  
653 dos pontos 16, 17 e 18. O primeiro ponto era sobre o Enade 2019. Informou que foi  
654 publicada a Portaria n.º 828/2019, sobre o Enade, em substituição à Portaria n.º 40, e  
655 acrescentou que é um exame importante para os cursos superiores, pois trata a  
656 respeito das habilidades e das competências que aquele profissional deve ter ao sair  
657 da instituição. Informou que o Enade faz parte do Sinaes, um processo avaliativo  
658 maior, e que neste ano serão avaliadas as engenharias. As provas serão realizadas no  
659 dia 24 de novembro, mas antes disso será publicado um edital com as informações a  
660 respeito da prova. O coordenador de curso precisa estar atento para não perder  
661 prazos; nesse sentido, solicitou aos gestores que dessem atenção e acompanhassem o  
662 processo, destacando mais uma vez a importância do Enade. No ponto de pauta 17,  
663 Nayara tratou dos Núcleos Docentes Articulados – NDAs. Informou que não era  
664 uma pauta nova; explicou que são os agrupamentos de professores do Instituto em  
665 núcleos que representam 25 áreas de conhecimentos ou eixos tecnológicos, e que os  
666 professores serão organizados por núcleos, para que se possa ter condições de  
667 desenvolver uma série de ações a partir dessa organização. Informou que já foram  
668 realizados dois encontros com a comissão, constituída pelos gerentes e diretores de  
669 ensino e ela como presidente. O documento já possui uma minuta e já foi feito um  
670 levantamento de todos os professores do IFTO. A pauta foi trazida ao Codir porque  
671 os gestores precisarão emitir portarias para os NDAs locais. Os NDAs possibilitam  
672 desenvolver outras ações que dependem dessa organização e também são importantes  
673 para a tomada de algumas decisões, como o preenchimento do Referencial de  
674 Distribuição de Componentes – RDC –, que vai traduzir o esforço de trabalho, com  
675 aula, dos professores desse núcleo. A partir disso a Proen terá condições de auxiliar o  
676 preenchimento do RDC, e condições de apresentar as informações neste  
677 colegiado. Nesse sentido, como todas as unidades já preencheram o RDC 2019/1, foi  
678 possível trazer alguns dados para a reunião. Os dados que foram informados pelos  
679 diretores e gerentes de ensino dizem respeito ao esforço docente com atividade aula,  
680 pois as outras atividades não estavam contempladas. Nayara, conforme ponto 18 da  
681 pauta, apresentou o Referencial de Distribuição de Componente, e novamente  
682 informou que a tabela com os dados se referem ao esforço docente com atividade  
683 aula. O cálculo foi feito com base em todas as aulas que serão ministradas em cada  
684 *campus* neste semestre, 2019/1, e foram divididas pelo quantitativo de professores  
685 que estão em cada *campus*; isso dá a média de carga horária do *campus*. Com o RDC  
686 há condições de conhecer, por exemplo, qual é a média por NDA. Francisco sugeriu  
687 que nesse cálculo da média fossem contemplados os docentes com 20 horas. Antonio  
688 explicou que o que foi apresentado era a carga horária em sala por professor, e que  
689 poderia ser criado um outro indicador, o esforço de trabalho, o que mais esse  
690 professor conseguiria contribuir além de sala de aula; daí a discussão do Francisco é  
691 bastante importante. Josafá informou que existe uma diferenciação quanto a  
692 professores do ensino superior e do médio, entendendo que no superior tem-se mais

693 trabalho na preparação da aula, o que não foi avaliado na apresentação, informando  
694 ainda que isso é preocupante. Paulo disse que o cargo é professor do Ensino Básico,  
695 Técnico e Tecnológico. Antonio contribuiu na discussão, informando que tanto o  
696 professor de curso técnico quanto o de superior deve preparar a aula de acordo com  
697 as especificidades do contexto em que se inserem as turmas. Pietro opinou que existe  
698 sim variabilidade de disciplina na parte técnica, sendo equivocada a compreensão de  
699 Josafá. Nayara informou que todos os níveis têm suas especificidades e cuidado na  
700 preparação da aula. Josafá disse que nível superior é diferente de ensino médio.  
701 Nayara concorda que é diferente, mas cada um dos níveis e modalidades  
702 requer preparos. Josafá informou que tem que se colocar índice não linear, superior,  
703 médio. Octaviano concordou em parte com o Josafá, e ressaltou que no superior tem  
704 que ter mais proficiência naquilo que vai falar, mas deve-se levar em consideração  
705 também o desgaste do ponto de vista psicológico, emocional, e que, com essas  
706 comparações, dificilmente vai se chegar a um acordo, pois cada um tem suas  
707 especificidades. Francisco disse que não se deve diferenciar professor de superior do  
708 médio, agora professor que tem disciplinas diferentes, esse deve ser contemplado.  
709 Antonio explicou que são coisas distintas, enfim, que na reunião estava se tratando de  
710 distribuição de carga horária dentro da unidade, e essas informações são um  
711 parâmetro para observar dentro de cada unidade, e então, quando chegar código de  
712 vaga de professor, haverá melhores condições para fazer a distribuição.  
713 Nayara novamente ressaltou que as informações foram repassadas pelos  
714 gerentes/coordenadores. Antonio reiterou que irá utilizar como base para distribuição  
715 dos códigos de vagas de professor. Nayara agradeceu ressaltando que era o tinha para  
716 informar. Josafá disse que vai trazer um problema para a rede, e que a forma de  
717 avaliação vai gerar insatisfação. Francisco afirmou que teve resistência ao participar  
718 do trabalho, pela redundância de dados que poderiam ser extraídos do Siga-Edu, mas  
719 que quer parabenizar a pró-reitoria de Ensino pelo trabalho realizado, e que nunca viu  
720 um trabalho assim, um total tão geral de todo o IFTO. Josafá disse que não questiona  
721 em nenhuma hipótese os dados que foram levantados, mas sua preocupação é que há  
722 uma discussão nos cursos superiores, eles não sabem dessa simplicidade com que as  
723 cargas horárias estão sendo tratadas nessa apresentação. Antonio disse acreditar que  
724 há parâmetros para discussão, que respeita a percepção de Josafá, contudo,  
725 discorda dela porque o trabalho dos gestores é evoluir nesse ponto de vista, sem fazer  
726 distinções, pois todos devem ser tratados igualmente, sejam servidores, estudantes,  
727 unidades, cursos, e sempre respeitando suas características e especificidades. Antonio  
728 fez uma reflexão que talvez não seja carência de professor, mas a má gestão, má  
729 alocação no planejamento da oferta de curso. Antonio agradeceu a Francisco pela  
730 abertura, pelo entendimento da necessidade desse trabalho que foi realizado pela  
731 Proen, acrescentou que deve ser feita uma reflexão sobre os cursos que estão sendo  
732 ofertados e tentar equalizar os que já existem. Cristiano disse que é preciso que se  
733 aprimorem os dados. Com a clareza do orçamento, muitos desgastes vão deixar de  
734 acontecer, o que é um avanço. Disse ainda que é preciso mostrar uma imagem melhor  
735 do IFTO para a sociedade; por fim, parabenizou a gestão pelo trabalho. Paulo  
736 Hernandes destacou que desde o final da transição da gestão anterior, sobre  
737 distribuição de vagas, já havia mencionado que era preciso planejar, e que dividir as  
738 vagas sem ter números era errado. Parabenizou Nayara, pois acredita que esse é o  
739 caminho a seguir, e explicou para Josafá que os cursos do *Campus Araguatins*  
740 precisariam ser repensados para otimizar a mão de obra. Acrescentou que há vários  
741 modelos de PPCs distintos e que seria necessário a Proen analisar isso também.  
742 Também disse que o gestor tem autonomia para definir os componentes, pois se

743 é consenso da área de ensino, não é uma escala que vai definir a operacionalização na  
744 prática; por fim, parabenizou Nayara pelo trabalho. Em seguida, o presidente tratou  
745 dos informes, sendo o primeiro a participação no IFTO na Feira de Agricultura do  
746 Tocantins – Agrotins –, que ocorreria no período de 6 a 11 de maio de  
747 2019. Informou que na terça-feira seguinte a organização dos estandes estaria sendo  
748 finalizada, pois os apresentadores precisavam estar lá na terça-feira; na quarta-feira, o  
749 estande deveria estar todo pronto, e no sábado pela manhã seria feita a desmontagem.  
750 Solicitou a colaboração, se possível, dos *campi*, com diárias e assistência ao servidor  
751 e ao aluno que irão apresentar os projetos; caso não seja possível,  
752 seriam custeadas pela Reitoria. Ressaltou que os gestores devem se organizar e  
753 providenciar o traslado de alunos e que era preciso fortalecer a presença do IFTO na  
754 feira, causando impacto; ressaltou que o ambiente de exposição do IFTO era o dobro  
755 dos ambientes das demais instituições de ensino; de antemão, Antonio já agradeceu a  
756 todos pela colaboração. Elucidou também a questão dos projetos do Corpo de  
757 Bombeiros, que a Diretoria de Infraestrutura estava acompanhando a situação, e que  
758 era preciso ter paciência, pois o Instituto tem apenas um servidor engenheiro do  
759 trabalho para cuidar de todos os projetos das unidades; pediu para os gestores não se  
760 preocuparem, pois os projetos serão feitos. Informou ainda que estava acompanhando  
761 essa situação e que seria preciso que os *campi* constituíssem a equipe da brigada de  
762 incêndio. Logo em seguida, falou sobre a assessoria parlamentar. A servidora  
763 Mayana está à frente do trabalho e, naquele mês, esteve em capacitação em Brasília,  
764 pois todas as instituições estão se movimentando sobre a assessoria parlamentar;  
765 o Conif está dando suporte nessa formação. Informou que teve uma reunião com a  
766 Deputada Dorinha, e uma das pautas foi a situação da saída do ministro, que ninguém  
767 queria assumir a pasta, apontando um futuro de instabilidade. Outra pauta foi sobre  
768 emenda de Bancada Parlamentar, que há grande chance de o Instituto conseguir este  
769 ano. O reitor enfatizou que todos devem fazer um trabalho conjunto, coordenado,  
770 pois o IFTO nunca foi contemplado pela bancada tocantinense; neste ano o IFTO  
771 está solicitando apoio, e os gestores podem se articular fazendo contatos e depois  
772 informar ao reitor ou à assessora parlamentar, pois é preciso trabalhar juntos. No  
773 último informe trouxe a situação da GECC, falou brevemente sobre a questão do  
774 relatório preliminar de auditoria da CGU, que se limitaram a analisar um único  
775 processo, o do concurso público de 2018. Juliana apresentou as nuances do que foi  
776 relatado pela CGU. Antonio reforçou que fica o alerta para se ter cautela ao  
777 movimentar processos de GECC. Pietro, Edilson, Paulo Hernandez, Josafá e Flávio  
778 apresentaram breves informes dos seus *campi*. A pró-reitora de Extensão, Gabriela,  
779 também apresentou informe. Discutidos tais pontos, o presidente do Colégio de  
780 Dirigentes do IFTO, Antonio da Luz Júnior, encerrou a reunião agradecendo a  
781 presença e a participação de todos, e eu, Távilla Carolina Coelho Carmo, secretária  
782 do Colégio de Dirigentes em substituição, lavei a presente ata, que, depois de lida e  
783 aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e pelos demais membros presentes  
784 do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do  
785 Tocantins.

786



787 Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Diretor-geral**,  
788 em 18/06/2019, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com  
789 fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

790

Documento assinado eletronicamente por **Edilson Leite de Sousa, Diretor-Geral**, em 01/07/2019, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com





fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jardel Barbosa dos Santos, Diretor**, em 01/08/2019, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Fernandes Mateus, Diretor-Geral**, em 05/08/2019, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves Terra, Diretor-Geral**, em 11/11/2019, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josafa Carvalho Aguiar, Diretor-Geral**, em 13/05/2022, às 23:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0707464** e o código CRC **2BC26789**.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado  
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 – Plano Diretor Sul  
CEP 77020-450 Palmas/TO  
(63) 3229-2200  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [reitoria@ifto.edu.br](mailto:reitoria@ifto.edu.br)

**Referência:** Processo nº 23235.011447/2019-74

SEI nº 0707464